



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Processo n.º 00600-00014151/2022-91-e

Órgão de Origem: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (SEPLAD)

Montante em exame: 0,00 (zero)

Assunto: Edital de Concurso Público

Ementa: Concurso Público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Analista Previdenciário da carreira Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, normatizado pelo Edital nº 01 – IPREV/DF, publicado no DODF de 2.12.2022.

- Período de inscrições: 13.1 a 8.2.2023.
- Sugestão de retificações ao edital normativo.
- Inexistência de óbices ao regular andamento do certame, apesar das falhas constatadas.

Senhor Secretário,

Em exame o **Edital nº 01 – IPREV/DF**, publicado no DODF de 2.12.2022, que divulga a realização de concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de **Analista Previdenciário** da carreira Atividades Previdenciárias do Instituto de **Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF** (Peça 1).

2. A autorização para realização do concurso público, que foi amplamente divulgado pela mídia local, encontra-se na Portaria nº 89, publicada no DODF de 14.3.2022¹.

¹ PORTARIA Nº 89, DE 08 DE MARÇO DE 2022 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, observado o contido na Lei nº 840, de 23 de dezembro de 2011, na Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, no Decreto nº 40.467, de 20 de fevereiro de 2020, no que couber, e considerando o constante no processo 00413-00001108/2021-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para o provimento de vagas para o cargo de Analista Previdenciário, da Carreira Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, criada pela Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020, c/c com a Portaria Conjunta nº 35, de 24 de agosto de 2021. Parágrafo único. O quantitativo autorizado será para o provimento de 85 (oitenta e cinco)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

3. As normas legais e regulamentares disciplinadoras do concurso foram indicadas no preâmbulo do edital normativo, quais sejam: Constituição Federal, Lei Complementar DF nº 840/2011 (dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Distrito Federal), Lei Distrital nº 4949/2012 (estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito do Distrito Federal), e legislação específica da carreira objeto do certame (que não foi especificada pelo edital).
4. O concurso público será executado pelo **INSTITUTO QUADRIX** (subitem 1.1).
5. O concurso público destina-se ao provimento de **85** (oitenta e cinco) vagas, sendo **65** (sessenta e cinco) **vagas imediatas** e **20** (vinte) para formação de **cadastro de reserva**, para o cargo de Analista Previdenciário, da carreira Atividades Previdenciárias, sob regime estatutário, do quadro de pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, de acordo com a distribuição de vagas constante do item 4 do edital (subitem 1.2).
6. Esse quantitativo de vagas está de acordo com a Portaria nº 89, publicada no DODF de 14.3.2022, comentada no parágrafo 2º do presente relatório.
7. No **subitem 4.1**, o edital traz os **quantitativos de vagas**, por **especialidade** (separando as vagas para provimento imediato e para o cadastro de reserva), **por áreas de concorrência** (ampla concorrência, candidatos com deficiência, candidatos negros e hipossuficientes). As tabelas a seguir demonstram tais quantitativos:

vagas, sendo 65 (sessenta e cinco) vagas imediatas e 20 (vinte) cadastro reserva. Art. 2º O provimento dos cargos indicados no art. 1º desta portaria fica condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira no exercício em que se der o ingresso. Art. 3º Deverá ser observada a Lei nº 4.949, de 15 de novembro de 2012 e Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, que trata do repasse ao Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, bem como o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando da execução dos atos relacionados à contratação de entidade para a realização do concurso público. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM ATUÁRIA
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM ATUÁRIA
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM INVESTIMENTO
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM INVESTIMENTO
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM PREVIDENCIÁRIO
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 30 | 12 | 12 | 6 | 60 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM PREVIDENCIÁRIO
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 8 | 4 | 4 | 2 | 18 |

8. O quantitativo de vagas para os candidatos com **deficiência**, para especialista em atuária (nas vagas para provimento imediato), especialista em investimento (nas vagas para provimento imediato) e especialista em previdenciário (nas vagas para o cadastro de reserva), foi, a nosso visto, **calculado de maneira indevida** (e consequentemente estão equivocadas as vagas para a **ampla concorrência**). Explicamos.

9. Segundo consta do subitem **10.1.1** do edital, caso a aplicação do percentual de 20% das vagas do certame destinadas às pessoas com deficiência resulte em número **fracionado**, este deve **ser elevado até** o primeiro número inteiro subsequente, respeitando-se o percentual máximo das vagas oferecidas no certame, conforme o § 2º do art. 54 da **Lei nº 6637/2020**. Portanto, a jurisdicionada justifica o arredondamento para cima para a definição do número de vagas para PCD's no § 2º do art. 54 da Lei DF nº 6637/2020, *in verbis*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Art. 54. Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público, processo seletivo ou qualquer outro procedimento de recrutamento de mão de obra para provimento de cargo ou emprego público em igualdade de condições com os demais candidatos.

§ 1º O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorre a todas as vagas, sendo no mínimo 20% delas reservados a pessoas com deficiência.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o § 1º resulte em número fracionado, este deve ser **elevado até o primeiro número inteiro subsequente**, respeitando-se o percentual máximo das vagas oferecidas no certame.

10. Esse arredondamento, todavia, conflita com o que dispõem outras duas normas distritais, gerando uma antinomia de normas:

Lei Complementar DF nº 840/2011

Art. 12. O edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência, **desprezada a parte decimal**.

Lei DF nº 4949/2012

Art. 8º É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público, observada a compatibilidade entre atribuições do cargo e a deficiência.

§ 5º Ficam reservados vinte por cento das vagas a serem preenchidas por pessoas com deficiência, **desprezada a parte decimal**.

11. Se aplicarmos o **critério da especialidade** ao caso, deverá prevalecer a norma específica definida pela lei dos concursos públicos (Lei DF nº 4949/2012), vez que a matéria discutida refere-se a reserva de vagas em concursos públicos, e não a norma geral (o estatuto distrital da Pessoa com Deficiência - Lei DF nº 6632/2020 -). A lei geral (o estatuto) não deve ser aplicada à situação em que a lei especial de concurso dispõe de forma contrária. Nesse sentido, convém destacar o artigo 2º, § 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: “A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”.

12. Se ao caso aplicarmos o **critério hierárquico**, deverá prevalecer a Lei Complementar DF nº 840/2011 sobre a Lei Ordinária DF nº 6637/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

13. Ademais, cabe mencionar que a Lei DF nº 6637/2020 (bem como as leis que reservam vagas em concursos públicos a negros e hipossuficientes) teve diversos dispositivos (inclusive o §2º do art. 54) com a constitucionalidade questionada perante o TJDF. Trata-se da ADI 0723893-75.2021.8.07.0000, de 23.7.2021, cujo pedido de declaração de inconstitucionalidade foi julgado **procedente** por vício de iniciativa, com eficácia *erga omnes* e efeito temporal **modulado**. Conforme destacaremos adiante, ainda não houve trânsito em julgado (restando pendente de julgamento recurso extraordinário perante o STF), e os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, em decorrência da modulação de efeitos, não se encontram vigentes.

14. Diante desses motivos, entendemos que, ao aplicarmos o percentual de 20%, **deve ser desprezada a parte fracionária**, conforme estabelecido pelo *caput* do art. 12 da **Lei Complementar DF nº 840/2011** e § 5º do art. 8º da **Lei DF nº 4949/2012**, o que não foi observado pelo edital normativo. Assim, o subitem 4.1 do edital deve ser retificado para que seja desprezada a parte fracionária em questão, bem como o subitem 10.1.1 deve ser alterado para que sejam observadas essas duas leis distritais. Por consequência, deverá ser alterada a tabela de subitem 15.7.1 (quantitativos de candidatos que terão a prova discursiva corrigida, na proporção de 3 vezes o número total de vagas).

15. Outrossim, no que diz respeito ao quantitativo de vagas para candidatos negros, para especialista em atuária, para o cadastro de reserva, encontra-se erroneamente calculado. Como são 3 vagas no total (PI + CR), deveria haver a reserva de uma vaga para tal clientela, conforme determina a Lei Local nº 6321/2019². Assim,

² Art. 1º Esta Lei reserva, aos negros e negras, 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, no âmbito da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista controladas pelo Distrito Federal e do Poder Legislativo, nos termos do que dispõe a Lei federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

deve o edital ser retificado nesse ponto, cabendo destacar que essa alteração também trará alterações na tabela de subitem 15.7.1 (quantitativos de candidatos que terão a prova discursiva corrigida, na proporção de 3 vezes o número total de vagas).

16. Assim, com as devidas retificações para a observância das normas distritais, os quantitativos corretos de vagas passarão a ser:

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM ATUÁRIA
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM ATUÁRIA
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |

§ 1º A reserva de vagas é aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatas e candidatos negros, pretos e pardos, este é **aumentado para o primeiro número inteiro subsequente**, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM INVESTIMENTO
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 2 | 0 | 1 | 0 | 3 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM INVESTIMENTO
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM PREVIDENCIÁRIO
VAGAS PARA PROVIMENTO IMEDIATO

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas para provimento imediato |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---|
| 30 | 12 | 12 | 6 | 60 |

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALISTA EM PREVIDENCIÁRIO
VAGAS PARA O CADASTRO DE RESERVA

| Ampla Concorrência | Candidatos com deficiência | Candidatos negros | Candidatos hipossuficientes | TOTAL de vagas do cadastro de reserva |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| 9 | 3 | 4 | 2 | 18 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

17. Com essas retificações, os quantitativos de áreas de concorrência estarão **em conformidade** com o estabelecido pelas Leis DF nºs 840/2011 (que destina 20% das vagas para pessoas com deficiência, desprezada a parte fracionária), 6321/2019 (que reserva 20% das vagas para candidatos negros) e 6741/2020 (que reserva 10% das vagas para candidatos comprovadamente hipossuficientes).

18. Vale ressaltar que as **Leis DF nºs 6321/2019** (que reserva 20% das vagas para candidatos negros), **6741/2020** (que reserva 10% das vagas para candidatos comprovadamente hipossuficientes) e os **§§ 1º, 2º e 4º do art. 54, bem como trecho constante do inciso I do art. 57, todos da Lei DF nº 6637/2020** (reserva de vagas a pessoas com deficiência em concurso público) foram objeto de **contestação judicial (ADI nº 0723893-75.2021.8.07.0000)**, tendo sido julgada **procedente** a ação, com eficácia “*erga omnes*” e **efeito temporal modulado**, nos termos do voto do relator. A decisão foi tomada pelo Conselho Especial do TJDF em sessão de 15.2.2022, tendo sido disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 17.3.2022 e publicada no primeiro dia útil subsequente. O **acórdão** possui a seguinte redação:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. OBJETO: LEI DISTRITAL Nº 6.321/2019, LEI DISTRITAL Nº 6.741/2020, §§1º, 2º E 4º, TODOS DO ARTIGO 54, DA LEI DISTRITAL Nº 6.637/2020, E EXPRESSÃO “BEM COMO O TOTAL CORRESPONDENTE À RESERVA DESTINADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA”, CONSTANTE DO INCISO I, DO ARTIGO 57, DA LEI DISTRITAL Nº 6.637/2020. LEIS QUE DISPÕEM SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS TRADUZIDAS EM RESERVA DE VAGAS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS NEGRAS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PESSOAS HIPOSSUFICIENTES. LEI ORIUNDAS DE PROJETOS DE INICIATIVA PARLAMENTAR. DESCONFORMIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA. DISPOSIÇÃO NORMATIVA. MATÉRIA ATINENTE AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL. INICIATIVA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO LOCAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. LEI ORGÂNICA DISTRITAL (ARTS. 53 E 71, §1º, INCISO II). PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. EFEITOS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MODULAÇÃO TEMPORAL. NECESSIDADE. RELEVANTE INTERESSE SOCIAL, SEGURANÇA JURÍDICA E CONFIANÇA LEGÍTIMA.

1. As Leis Distritais nº 6.321/2019 e 6.741/2020; os §§1º, 2º e 4º do artigo 54 da Lei Distrital nº 6.637/2020, e a expressão “*bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa com deficiência*” constante do inciso I, do artigo 57, da Lei Distrital nº 6.637/2020, todos originários de projetos de lei de iniciativa parlamentar, ao estabelecerem normas reservando parte das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos da administração direta e indireta do Distrito Federal para negros, negras, portadores de necessidades especiais e hipossuficientes, dispuseram sobre matéria relativa ao provimento de cargos públicos, incorrendo, portanto, em inconstitucionalidade formal decorrente de vício de iniciativa legislativa ou invasão de competência privativa reservada do Chefe do Executivo local (LODF, art. 71, §1º, inc. II).
2. A construção legislativa materializada em leis e disposições legais de iniciativa parlamentar que dispõem sobre ações afirmativas traduzidas em reserva de vagas a negros, portadores de necessidades especiais e hipossuficientes em concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos, à guisa de instituição e regulamentação de ações afirmativas destinadas à promoção de política pública inclusiva no ambiente distrital, desvirtua-se da gênese do processo legislativo, que, na hipótese, deve ser iniciado pelo Governo do Distrito Federal, a quem compete privativamente a iniciativa das leis que disponham sobre a forma de provimento de cargos públicos no âmbito do Distrito Federal.
3. O concurso público, gênese e condição para investidura em cargo público efetivo ou contratação para o exercício de emprego público, se qualifica como verdadeiro procedimento administrativo, pois compõe-se de uma sucessão de atos legalmente coordenada e ordenada destinados à aferição das aptidões pessoais dos concorrentes e selecionar os melhores habilitados e qualificados para exercício das atribuições inerentes ao cargo ou emprego público, resguardando o princípio da eficiência, e, assim, integra o sistema legalmente sistematizado para provimentos dos cargos e empregos públicos de natureza efetiva (CF, arts. 37, *caput* e inciso II).
4. O concurso público é pressuposto para nomeação e investidura em cargo ou emprego público e forma de serem tutelados a igualdade e a isonomia dos interessados em ingressarem nos quadros da administração e a moralidade e eficiência administrativas (CF, art. 37, II), e, destarte, a lei que dispõe sobre reserva de vagas, modulando a forma de realização do certame público, interferindo, na sequência, no provimento dos cargos e empregos oferecidos, está dispondo sobre provimento de cargos e empregos públicos.
5. O concurso consubstancia a primeira fase a ser cumprida para legitimar a posse, investidura ou contratação do aprovado, encerrando fase inerente à seleção de concorrentes, e, assim, dispondo a lei sobre reserva e destinação de vagas, interfere na forma de provimento de cargos e empregos públicos, à medida em que, conquanto o concurso seja fase antecedente à investidura ou contratação do aprovado, sem prévia aprovação no certame o provimento do cargo ou emprego público não pode ser legalmente aperfeiçoado, donde, dispondo a lei sobre reserva de vagas, intercedendo na realização do concurso, dispõe sobre provimento de cargos e empregos públicos.
6. Dispondo a lei desconforme, por padecer de vício de iniciativa legislativa, sobre matéria de relevante alcance social e interesse público, não podendo ser convalidada, demandando



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

a disciplinação da matéria tratada aprovação de novo diploma em conformidade com o processo legislativo legalmente estruturado, legítimo que, a par de a declaração de inconstitucionalidade ser afirmada com efeitos *ex nunc*, seja modulada sua eficácia temporal de forma a serem preservados os interesses jurídicos da população, a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima, permitindo que a lacuna legal seja suprida dentro do prazo assinalado.

7. A perspectiva de modulação da eficácia da declaração de inconstitucionalidade, conquanto soe incongruente por se postergar a vigência de diploma normativo desconforme com a Constituição Federal, portanto desguarnekido de eficácia, respaldada no disposto no artigo 27 da Lei nº 9.868/99, é corolário direto da própria noção de Estado de Direito, cujas dimensões objetivas – higidez político-normativa – e subjetivas – proteção da confiança do cidadão – devem ser levadas em consideração e sopesadas no momento da aplicação do Direito, evitando-se a germinação de conturbação sistêmica tanto em situações jurídicas já devidamente consolidadas (e.g. coisa julgada) quanto, eventualmente, de circunstâncias na iminência e expectativa de serem reguladas pela norma infirmada.

8. A possibilidade de modulação temporal da eficácia da declaração de inconstitucionalidade, conquanto reservada originalmente somente à Suprema Corte, tem sido aplicada pelas Cortes Estaduais, defronte situações excepcionais e que irradiam repercussão social considerável, podendo macular a segurança jurídica, e, assim, mediante invocação da licença legal, versando os diplomas legais desconformes sobre matéria de relevante interesse social, por disporem sobre a materialização de ações afirmativas no âmbito de concursos públicos, e de forma a ser preservada a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima da sociedade, deve ser modulado temporalmente o início da vigência dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, **viabilizando que a situação seja saneada mediante regulação normativa legitimamente editada dispondo sobre a mesma matéria.**

9. Ação admitida. Pedido julgado procedente com eficácia *erga omnes* e efeito temporal modulado. Maioria". (grifos no original e acrescidos)

19. A modulação dos efeitos da decisão veiculada pelo acórdão foi feita nos termos do voto do Relator:

“fixando, ademais, que os efeitos dessa declaração de desconformidade passarão a vigor 1 (hum) ano após a publicação desse acórdão, **preservados os editais publicados e concursos iniciados antes do advento desse marco temporal, ainda que venham a ser concluídos após o implemento do marco temporal, e ressalvado que os editais de concursos publicados após aludido interstício deverão estar ajustados à legislação remanescente, acaso não suprimida a lacuna legal que germinará**”. (grifos no original)

20. Em termos processuais, verificamos que houve a interposição de recurso extraordinário (**RE 1392995**), de sorte que a decisão do TJDFT ainda não transitou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

em julgado, podendo ser modificada pelo Supremo Tribunal Federal. Porém, ainda não há notícias sobre eventual pedido de efeito suspensivo ao recurso interposto. Nesse contexto, ainda se mostra válida e eficaz a decisão do TJDFT.

21. De qualquer forma, no presente momento, a reserva de vagas para **negros e hipossuficientes**, em concursos públicos distritais mostra-se **legal e em conformidade com o decidido pelo TJDFT na citada ADI**.

22. O item 2 do edital traz a possibilidade de qualquer cidadão impugná-lo no prazo de 5 dias úteis (item 2 do Anexo I - CRONOGRAMA), em linha com o que estabelece o art. 14 da Lei DF nº 4949/2012³.

23. Os requisitos básicos para a investidura no cargo estão descritos no item 3. Já as atribuições (gerais e sumárias, bem como as específicas), e os **requisitos específicos** estão descritos no Anexo II do edital normativo, quais sejam:

CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

| ESPECIALISTA EM ATUÁRIA |
|---|
| 2.1.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Atuariais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e o devido registro no respectivo órgão de classe (IBA e/ou TEM) |

| ESPECIALISTA EM INVESTIMENTOS |
|--|
| 2.2.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Comércio Exterior ou Matemática, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, Certificação Profissional ANBIMA - CPA-10 e registro no Sistema de Registro Profissional ou Conselho de Classe Profissional, quando exigido. |

³ Art. 14. Eventual impugnação do edital normativo do concurso público ou de sua alteração deve ser feita no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação.
Parágrafo único. Da decisão sobre a impugnação não cabe recurso administrativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

| |
|---------------------------------------|
| ESPECIALISTA EM PREVIDENCIÁRIO |
|---------------------------------------|

| |
|--|
| 2.3.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Sistema de Registro Profissional ou Conselho de Classe Profissional, quando exigido. |
|--|

24. As especialidades, as respectivas atribuições e os requisitos do cargo de Analista Previdenciário foram estabelecidos pela Portaria Conjunta nº 35, de 24.8.2021⁴. Os requisitos estabelecidos no Anexo II do edital para as diversas especialidades do cargo encontram guarida na referida portaria.

25. Os subitens 4.2 e 4.3, respectivamente, estabelecem a jornada de trabalho e a remuneração do cargo objeto do certame. O cronograma completo dos procedimentos e etapas do concurso estão previstos no Anexo I.

DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

26. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), estando de acordo com o limite máximo previsto no art. 22, *caput*, da Lei DF nº 4949/2012 (subitem 5.1).

⁴ O art. 3º da Lei DF nº 6777/2020 (que cria a carreira Atividades Previdenciárias) fundamenta o ato regulamentador:

Art. 3º A carreira Atividades Previdenciárias, organizada em classes e padrões, é composta por cargo cujas especialidades serão definidas em ato conjunto do titular do órgão gestor da carreira e do titular do órgão central de gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

27. Será admitida exclusivamente a inscrição via internet, solicitada no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I do edital (de 13.1 a 8.2.2023), conforme previsto no subitem 5.2.

28. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o INSTITUTO QUADRIX disponibilizará local com acesso à Internet, no período de inscrição do certame, exceto sábados, domingos e feriados (subitem 5.11).

29. O **resultado preliminar** das **inscrições homologadas** (ampla concorrência, pessoa com deficiência, negros e hipossuficientes) será divulgado, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I do edital (dia 15.2.2023), conforme consta do subitem 5.12.

30. O candidato que desejar interpor **recurso** contra o resultado preliminar das inscrições homologadas deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo resultado preliminar e o disposto no item 19 do edital (subitem 5.12.1).

31. Ao término da apreciação dos recursos contra o resultado preliminar das inscrições homologadas, serão divulgados o respectivo **resultado definitivo** e o resultado dos recursos interpostos (subitem 5.13), na data provável de 22.2.2023.

32. O candidato **não** poderá se inscrever em mais de uma especialidade, pois as provas para todas as especialidades serão realizadas no mesmo dia e turno (subitem 6.5). Essa regra não viola o inciso VII do art. 6º da Lei DF nº 4949/2012, que veda a realização, na mesma data, de provas para provimento de cargos de carreiras diversas, o que não é o caso do concurso sob análise.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

33. As condições para **isenção** total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição estão definidas nos subitens 8.1 e 8.3, nos termos da **Lei DF n.º 4949/2012** (doador de sangue e beneficiário de programa social de complementação de renda), da **Lei DF n.º 5818/2017** (prestador de serviço à justiça eleitoral), da **Lei DF n.º 6314/2019** (comissário ou agente de proteção da infância e da juventude), da **Lei DF nº 6637/2020** (pessoa com deficiência comprovadamente carente, cadastrada no CadÚnico) e da **Lei DF n.º 5968/2017** (isenção parcial para o doador de medula óssea).

34. Na possibilidade de isenção do valor de inscrição citada na letra “f” do subitem 8.3, o INSTITUTO QUADRIX poderá consultar o órgão gestor do CadÚnico para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato (subitem 8.3.1). O subitem deve ser retificado para fazer a referência correta, vez que inexiste alínea “f” no subitem 8.3.

35. O **resultado preliminar** da solicitação de isenção do valor de inscrição será divulgado, na data provável de 4.1.2023 (Anexo I), conforme dispõe o subitem 8.15.

36. Há possibilidade de interposição de **recurso** contra o resultado preliminar da solicitação de isenção do valor de inscrição (subitem 8.15.1), no período de dois dias úteis (de 5 e 6.1.2023, item 6 do Anexo I).

37. A divulgação do **resultado definitivo** da solicitação de isenção do valor de inscrição está prevista para o dia 12.1.2023 (item 7 do Anexo I).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

38. Os procedimentos para a solicitação de **atendimento especial** constam do item 9.
39. A primeira hipótese de atendimento especial prevista no edital normativo refere-se ao candidato que necessita de **cadeira para canhoto** (subitem 9.1.2).
40. Outras hipóteses de atendimento especial previstas no edital:
- a) candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas, objetos, dispositivos ou próteses cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido no edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição;
 - b) candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas;
 - c) candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas (o direito à amamentação quando da realização de prova de concurso está prevista no §3º do art. 52 da Lei DF nº 4949/2012);
 - d) candidato(a) travesti ou transexual que desejar ser tratado(a) pelo prenome (“nome social”), correspondente à forma pela qual se reconhece, é identificado(a), é reconhecido(a) e é denominado(a) por sua comunidade e em sua inserção social;
 - e) candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as provas armado;
 - f) candidato que, por conta de convicção religiosa, necessitar de atendimento diferenciado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

41. Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo “outros” da lista de opções de recursos especiais (subitem 9.1.1).

42. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade (subitem 9.9).

43. A data provável de divulgação do **resultado preliminar** da solicitação de atendimento especial é 15.2.2023 (item 11 do Anexo I), sendo possível a interposição de **recurso** (subitem 9.12.1), no prazo de dois dias úteis (de 16 a 17.2.2023, item 12 do Anexo I). O **resultado definitivo** dos requerimentos de atendimento especial está previsto para ser divulgado no dia 22.2.2023 (item 13 do Anexo I).

DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

44. Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, 20% serão providas por candidatos com deficiência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

(subitem 10.1). Desta forma, restou observado o disposto no art. 8º Lei Distrital nº 4949/2012⁵, bem como o art. 12 da Lei Complementar DF nº 840/2011⁶.

45. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem: na Lei DF nº 6.637/2020, inclusive as portadoras de neurofibromatoses, na forma do art. 1º da referida lei; no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto

⁵ Art. 8º É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público, observada a compatibilidade entre atribuições do cargo e a deficiência.

§ 1º O candidato com deficiência concorre a todas as vagas previstas no edital normativo do concurso público e às vagas reservadas na legislação pertinente.

§ 2º O candidato com deficiência submete-se às mesmas regras impostas aos demais candidatos, incluídos:

I – o conteúdo das provas;

II – os critérios de avaliação e aprovação;

III – o horário e o local de aplicação das provas, garantida a devida acessibilidade.

§ 3º A vaga reservada a pessoa com deficiência não preenchida reverte aos demais candidatos, observada a ordem classificatória.

§ 4º A deficiência e a compatibilidade para as atribuições do cargo público são verificadas na forma do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal.

§ 5º Ficam reservados vinte por cento das vagas a serem preenchidas por pessoas com deficiência, desprezada a parte decimal.

§ 6º O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, às vagas reservadas às pessoas com deficiência. [\(Parágrafo acrescido pelo\(a\) Lei 5976 de 18/08/2017\)](#)

§ 7º O deficiente surdo tem o direito de realizar a prova do concurso na Língua Brasileira de Sinais – Libras, devendo a prova ser aplicada por profissional habilitado em Libras de forma presencial ou por meio de videoconferência.

⁶ Art. 12. O edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência, desprezada a parte decimal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); nos arts. 3º e 5º da Lei DF nº 4.317/2009; no § 6º do art. 8º da Lei DF nº 4.949/2012; e na Lei nº 14.126/2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 (subitem 10.1.2).

46. O **resultado preliminar** das inscrições homologadas (ampla concorrência, pessoa com deficiência, negros e hipossuficientes) será divulgado, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I do edital (subitem 10.9), qual seja: dia 15.2.2023 (item 11 do Anexo I).

47. Será admitido **recurso** em face do **resultado preliminar** das inscrições homologadas (subitem 10.9.1), no prazo de dois dias úteis (item 12 do Anexo I: do dia 16 a 17.2.2023). Tal prazo recursal está em linha com o que dispõe o art. 55, §1º, da Lei DF nº 4949/2012, com a redação dada pela Lei DF nº 7085/2022⁷ (que somente exige um prazo recursal de 5 dias úteis contra gabaritos, questões e fases decisórias de etapas eliminatórias/classificatórias, o que não é o caso).

⁷ Art. 1º O [art. 55, § 1º, da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º É de 5 dias úteis o prazo para interposição de recurso, contado da publicação oficial do gabarito ou do resultado das provas, bem como nas fases decisórias em quaisquer das etapas eliminatórias e classificatórias do certame.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei a concursos em andamento, caso em que o edital normativo deve ser republicado com as devidas alterações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

48. Ao término da apreciação dos recursos contra o resultado preliminar das inscrições homologadas, serão divulgados o respectivo **resultado definitivo** e o resultado dos recursos interpostos na data provável de 22.2.2023 (subitem 10.10 e item 13 do Anexo I).

49. O candidato que se declarar com deficiência, se não for eliminado no concurso público, será convocado para se submeter à **avaliação biopsicossocial** oficial promovida por equipe multiprofissional (subitem 10.12.1).

50. A **Avaliação Biopsicossocial** está prevista para ocorrer no período de 10 a 14.5.2023 (item 25 do Anexo I).

51. A avaliação biopsicossocial visa **qualificar a deficiência** do candidato (subitem 10.12.1.2).

52. O **resultado preliminar** da Avaliação Biopsicossocial será divulgado na data provável de 15.5.2023 (item 26 do Anexo I).

53. Em face do resultado preliminar da Avaliação Biopsicossocial caberá **recurso** (subitem 10.12.13.1), no período de 16 a 17.5.2023 (item 27 do Anexo I). O **resultado definitivo** da Avaliação Biopsicossocial está previsto para ser divulgado no dia 19.5.2023 (item 28 do Anexo I).

54. O candidato que não for considerado com deficiência na avaliação biopsicossocial, caso seja aprovado no concurso público, figurará na lista de classificação geral (subitem 10.12.7).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

55. Há a possibilidade de o candidato concorrer na condição de pessoa **negra**, nos termos da Lei DF nº 6321/2019 (que destina 20% das vagas ofertadas aos candidatos negros), conforme consta do subitem 11.1 do edital.

56. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros e autodeclarar-se preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme previsto no subitem 11.2 do edital.

57. O **resultado preliminar** das inscrições homologadas (ampla concorrência, pessoa com deficiência, negros e hipossuficientes) será divulgado, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I do edital (subitem 11.5), qual seja: dia 15.2.2023 (item 11 do Anexo I).

58. Será admitido **recurso** em face do **resultado preliminar** das inscrições homologadas (subitem 11.5.1), no prazo de dois dias úteis (item 12 do Anexo I: do dia 16 a 17.2.2023).

59. Ao término da apreciação dos recursos contra o resultado preliminar das inscrições homologadas, serão divulgados o respectivo **resultado definitivo** e o resultado dos recursos interpostos na data provável de 22.2.2023 (subitem 11.6 e item 13 do Anexo I).

60. A autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de **heteroidentificação** (subitem 11.3.1), que ocorrerá no período de 10 a 14.5.2023 (item 25 do Anexo I).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

61. Serão convocados para o procedimento de heteroidentificação os candidatos que se autodeclararam negros aprovados, resguardadas as condições de aprovação de cada fase estabelecidas no edital do concurso público (subitem 11.8.1.1).

62. Detectada a falsidade da declaração, será o candidato eliminado do concurso público e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (subitem 11.4.1).

63. O não comparecimento ao local de realização do procedimento de heteroidentificação no dia e horário determinados implicará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas (subitem 11.8.1.4).

64. A comissão de heteroidentificação será composta por, no mínimo, **três integrantes** e seus suplentes, que não terão seus nomes divulgados, e terá seus integrantes distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade (subitem 11.8.4.1). O edital, neste ponto, merece ser retificado, vez que, conforme dispõe o art. 16 do Decreto local nº 42951/2022 (que regulamenta a lei distrital de reserva de vagas aos negros – Lei DF nº 6321/2019), a Comissão Ordinária de Heteroidentificação deve ser composta por cinco membros e seus suplentes⁸.

65. O procedimento de **heteroidentificação** poderá ser filmado pelo INSTITUTO QUADRIX para fins de registro de avaliação para uso da comissão de heteroidentificação (subitem 11.8.5).

⁸ Art. 16. A Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial será composta por cinco membros e seus suplentes, devendo atender ao critério da diversidade, garantindo que sejam distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

66. O candidato que se recusar a ser filmado no procedimento de heteroidentificação perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, passando sua inscrição a ser processada como de candidato de ampla concorrência (subitem 11.8.8).

67. O candidato que, após avaliação, não for considerado negro pela comissão de heteroidentificação e que tenha sido aprovado nas fases anteriores continuará participando do concurso público, concorrendo às vagas de ampla concorrência, caso tenha pontuação para figurar entre os classificados (subitem 11.8.8.1).

68. O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será divulgado na data provável de 15.5.2023 (item 26 do Anexo I). Contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação caberá **recurso** (subitem 11.8.16.1), no período de 16 a 17.5.2023, conforme consta do item 27 do Anexo I. O resultado definitivo do Procedimento de Heteroidentificação está previsto para ser divulgado no dia 19.5.2023 (item 28 do Anexo I).

DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS HIPOSSUFICIENTES

69. O edital, em linha com o estabelecido pela Lei DF nº 6741/2020, reserva 10% das vagas ofertadas para os cargos e das que vieram a ser disponibilizadas no decorrer do prazo de validade aos candidatos comprovadamente **hipossuficientes** (subitem 12.1).

70. No subitem 12.4, foi feita referência ao subitem 12.3 do edital. Porém, por equívoco, inexistiu o subitem 12.3 no edital normativo. Ademais outros subitens fazem menção ao subitem 12.3 (subitens 12.4.1, 12.4.3 e 12.12.2). Dessa forma, o edital deve ser retificado para que seja feita a correta correlação entre dispositivos editalícios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

71. O **resultado preliminar** das inscrições homologadas (ampla concorrência, pessoa com deficiência, negros e hipossuficientes) será divulgado, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I do edital (subitem 12.12), qual seja: dia 15.2.2023 (item 11 do Anexo I).

72. Será admitido **recurso** em face do **resultado preliminar** das inscrições homologadas (subitem 12.12.1), no prazo de dois dias úteis (item 12 do Anexo I: do dia 16 a 17.2.2023).

73. Ao término da apreciação dos recursos contra o resultado preliminar das inscrições homologadas, serão divulgados o respectivo resultado definitivo e o resultado dos recursos interpostos na data provável de 22.2.2023 (subitem 12.13 e item 13 do Anexo I).

DAS FASES DO CONCURSO

74. O subitem 1.5 do edital estabelece que a seleção compreenderá as seguintes fases:

1. prova **objetiva**, de caráter eliminatório e classificatório; e
2. prova **discursiva**, de caráter eliminatório e classificatório

75. O subitem 13.1 traz tabela com o detalhamento das fases do concurso.

| FASE | PROVA/TIPO | AREA DE CONHECIMENTO | Nº DE ITENS | CARÁTER |
|------|------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 1 | Prova Objetiva | Conhecimentos Básicos | 50 | Eliminatório e Classificatório |
| | | Conhecimentos Específicos | 70 | |
| 2 | Prova Discursiva | Conhecimentos Específicos | 1 redação (dissertação) | Eliminatório e Classificatório |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DA PROVA OBJETIVA

76. A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 120 itens, valerá **120,00 pontos** e avaliará as habilidades e os conhecimentos do candidato, conforme sistema de pontuação disposto no subitem 14.5 do edital (subitem 14.1). Os objetos de avaliação constam do Anexo III do edital.

77. A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, respeitará ao disposto no art. 59 da Lei Distrital nº 4.949/2012⁹ (subitem 14.5.2).

78. Será reprovado na prova objetiva e **eliminado** do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir (subitem 14.5.8):

1. obtiver nota inferior a 12,00 pontos na área de conhecimentos básicos;
2. obtiver nota inferior a 21,00 pontos na área de conhecimentos específicos;
3. obtiver nota inferior a 36,00 pontos na nota final da prova objetiva;
4. não estiver classificado para a correção da prova discursiva, de acordo com o quantitativo estabelecido no subitem 15.7.1 deste edital.

79. O candidato eliminado na forma do subitem 14.5.8 deste edital não terá classificação alguma no concurso público (subitem 14.5.13).

80. A divulgação do **gabarito preliminar** da prova objetiva ocorrerá na data provável de 13.3.2023 (item 16 do Anexo I).

81. O período de interposição **de recurso** contra o **gabarito preliminar** da prova objetiva vai de 14 a 20.3.2023 (item 17 do Anexo I).

⁹ Art. 59. A anulação de questão objetiva implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

82. A divulgação do **gabarito definitivo** da prova objetiva e do **resultado preliminar da prova objetiva** ocorrerá na data provável de 4.4.2023 (item 18 do Anexo I).

83. O período de interposição de **recurso** contra o resultado preliminar da prova objetiva ocorrerá no período provável de 5 a 12.4.2023 (item 19 do Anexo I).

84. A divulgação do **resultado definitivo** da prova objetiva ocorrerá na data provável de 17.4.2023 (item 20 do Anexo I).

85. Os candidatos não eliminados na forma do subitem 14.5.8 do edital serão listados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva, que será a soma das notas obtidas em cada área de conhecimento, respeitadas as vagas reservadas e os critérios de desempate estabelecidos no item 18 do edital (subitem 14.5.14)

DA PROVA DISCURSIVA

86. A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá **30,00 pontos** e consistirá na elaboração de texto dissertativo, com extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas, a respeito de tema relacionado aos conhecimentos específicos da especialidade, constantes do Anexo III (subitem 15.1).

87. Serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas e mais bem classificados até os quantitativos equivalente a **três vezes o somatório das vagas imediatas**, respeitados os empates na última colocação, conforme especificado no quadro constante do subitem 15.7.1. Com base nesse quadro e no quantitativo de vagas, por especialidade, estabelecido pelo edital (subitem 4.1), elaboramos a tabela a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

**QUANTITATIVOS DO TOTAL DE VAGAS E DOS CANDIDATOS QUE TERÃO A
PROVA DISCURSIVA CORRIGIDA
CARGO: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO**

| ESPECIALIDADE | NT AMPLA CONCORRENCIA* | NPDC AMPLA CONCORRENCIA** | NT PCD'S*** | NPDC PCD'S*** | NT NEGROS | NPDC NEGROS | NT HIP**** | NPDC HIP |
|----------------|---------------------------|------------------------------|----------------|------------------|--------------|----------------|---------------|-------------|
| ATUÁRIA | 2 | 6 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| INVESTIMENTOS | 2 | 6 | 1 | 3 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| PREVIDENCIÁRIO | 38 | 114 | 16 | 48 | 16 | 48 | 8 | 24 |

*NT= Número de vagas Total (Provimento Imediato + Cadastro de Reserva)

**NPDC = Número de candidatos que terão a Prova Discursiva Corrigida

***PCD's = Pessoas Com Deficiência

****HIP = Hipossuficientes

88. Nota-se que, em realidade, o número de candidatos que terão a prova discursiva corrigida não é calculado com base no número de vagas para provimento imediato, mas sim no total de vagas disponibilizado (provimento imediato + cadastro de reserva). Assim, o subitem 15.7.1 deverá ser retificado para constar um quantitativo equivalente a três vezes o somatório das vagas imediatas **e de cadastro de reserva**.

89. Ademais, conforme já observamos alhures, a tabela constante do subitem 15.7.1 deverá ser afetada pela retificação a ser feita pela jurisdicionada na tabela de subitem 4.1 (vide parágrafos 14 e 15).

90. O candidato cuja prova discursiva não for corrigida na forma do subitem 15.7.1 deste edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso público (subitem 15.7.2).

91. Será reprovado na prova discursiva e eliminado do concurso público o candidato que obtiver nota **inferior a 15,00 pontos** na prova discursiva (subitem 15.7.8). O candidato eliminado na forma do subitem 15.7.8 deste edital não terá classificação alguma no concurso público (subitem 15.7.13).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

92. O **padrão preliminar de resposta e o resultado preliminar da prova discursiva** serão divulgados, nas datas prováveis estabelecidas no cronograma constante do Anexo I deste edital (subitem 15.7.11).

93. O item 16 do Anexo I fixou a data provável de divulgação do padrão preliminar de resposta da prova discursiva em 13.3.2023. Já o período recursal contra tal padrão preliminar está previsto para 14 a 20.3.2023 (item 17 do Anexo I). A data provável de divulgação do padrão definitivo de respostas da prova discursiva e do resultado preliminar da prova discursiva é dia 19.4.2023 (item 21 do Anexo I).

94. O período de interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva será provavelmente de 20 a 27.4.2023 (item 22 do Anexo I). Já o resultado definitivo da prova discursiva provavelmente ocorrerá em 5.5.2023 (item 23 do Anexo I).

95. Os candidatos não eliminados na forma do subitem 15.7.8 do edital (nota mínima de 15,00 pontos na prova discursiva) serão listados de acordo com os valores decrescentes da soma das notas finais nas provas objetiva e discursiva, respeitadas as vagas reservadas e os critérios de desempate estabelecidos no item 18 do edital (subitem 15.7.14).

DA APLICAÇÃO E DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

96. As provas objetiva e discursiva terão a duração de 4 horas e serão aplicadas na data provável de 12.3.2023, no turno da tarde (item 15 do Anexo I).

97. As provas para todas as especialidades serão realizadas no mesmo dia e turno (subitem 16.2). O inciso VII do art. 6º da Lei DF nº 4949/2012 veda a realização, na mesma data, provas para o provimento de cargos de **carreiras diversas**. Como no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

caso, as provas foram marcadas para a mesma data para especialidades de um mesmo cargo, não há violação a tal preceito normativo.

DA NOTA FINAL NO CONCURSO PÚBLICO

98. A nota final no concurso público será o somatório da nota na prova objetiva e da nota na prova discursiva (subitem 17.1).

99. Após o cálculo da nota final no concurso público e aplicados os critérios de desempate constantes do item 18 do edital, os candidatos serão listados em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais (subitem 17.2).

100. Os critérios de desempate estão previstos no subitem 18.1 do edital normativo e de stoam daqueles constantes do art. 8º do Decreto Distrital nº 42951/2022¹⁰, devendo a jurisdicionada fazer os ajustes necessários ao edital normativo.

¹⁰ Art. 8º Na hipótese de igualdade no desempenho dos candidatos, gerando empate na ordem de classificação, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate adiante definidos:

I - com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao candidato de idade mais elevada;

II - que tiver exercido a função de jurado, conforme o disposto no art. 440 do Código de Processo Penal;

III - obtiver maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;

IV - obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos;

V - obtiver a maior nota na prova objetiva de conhecimentos básicos;

VI - obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos básicos; e

VII - obtiver maior nota na prova discursiva, se for o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

101. O subitem 18.2 do edital, ao mencionar a letra “i” do subitem 18.1, comete um equívoco, vez que o subitem 18.1 elenca números e não letras. Assim, o edital deve ser retificado para que seja feita a referência correta.

DOS RECURSOS

102. Será de **dois dias úteis**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da divulgação ou do fato que lhe deu origem, o prazo de interposição de recurso contra o resultado preliminar das inscrições homologadas (ampla concorrência, pessoa com deficiência, negros e hipossuficientes), o resultado preliminar de solicitação de atendimento especial e o resultado preliminar de solicitação de isenção do valor de inscrição (subitem 19.1).

103. Será de **cinco dias úteis**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da divulgação ou do fato que lhe deu origem, o prazo de interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva, o padrão preliminar de resposta da prova discursiva, o resultado preliminar da prova objetiva, o resultado preliminar da prova discursiva, o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação (subitem 19.2).

104. Esses prazos de interposição de recurso estão de acordo com o previsto no §1º do art. 55 da Lei DF nº 4949/2012¹¹.

¹¹ Art. 55. Cabe recurso administrativo, devidamente fundamentado e por escrito, do gabarito e do resultado das provas de concurso público.

§ 1º É de 5 dias úteis o prazo para interposição de recurso, contado da publicação oficial do **gabarito** ou do **resultado das provas**, bem como nas fases decisórias em quaisquer das etapas eliminatórias e classificatórias do certame. ([Parágrafo Alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 7085 de 30/03/2022](#))



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DA NOMEAÇÃO PARA POSSE

105. Em cumprimento ao disposto no art. 10, inciso II, da Lei nº 4.949/2012, as nomeações relativas ao concurso público de que trata o edital obedecerão aos seguintes prazos, que poderão ser modificados, a qualquer tempo, para adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, contados da homologação do resultado final do certame:

1. no mínimo 10% das vagas previstas neste edital serão preenchidas em até 12 meses;
2. o restante das vagas previstas neste edital será preenchido durante a validade do concurso público. (subitem 20.2).

106. A data prevista de divulgação do **resultado final** do Concurso Público é 30.5.2023 (item 30 do Anexo I).

107. O prazo de validade do concurso público é de dois anos, contados da data da publicação da homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da SEPLAD, nos termos do art. 37, inciso III, da Constituição Federal (subitem 1.3).

108. Conforme visto, o edital normativo ora em exame subsume-se à legislação que disciplina os concursos públicos e suas diversas nuances, assim como à jurisprudência aplicável à espécie, com as exceções destacadas no corpo da instrução.

109. Assim, algumas correções ao edital merecem ser realizadas, mas não vislumbramos a presença de óbices à continuidade do certame no presente momento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Diante do exposto, considerando a inexistência de óbices ao regular andamento do certame, sugerimos:

I – tomar conhecimento do **Edital nº 01 – IPREV/DF**, publicado no DODF de 2.12.2022, que divulga a realização de concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de **Analista Previdenciário** da carreira Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF (Peça 1);

II – determinar à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 01 – IPREV/DF, publicado no DODF de 2.12.2022, **realize as seguintes retificações (ou apresente as devidas razões para a não alteração) para:**

- 1) Nas tabelas de subitem 4.1, observar a sistemática de se desprezar a parte fracionária determinada pelo *caput* do art. 12 da Lei Complementar DF nº 840/2011 e pelo § 5º do art. 8º da Lei DF nº 4949/2012, quando da aplicação do percentual de 20% das vagas reservadas às pessoas com deficiência, fazendo os consequentes ajustes na tabela de subitem 15.7.1 (quantitativos de candidatos que terão a prova discursiva corrigida, na proporção de 3 vezes o número total de vagas);
- 2) Fazer constar, no subitem 10.1.1, a redação do *caput* do art. 12 da Lei Complementar DF nº 840/2011 e do § 5º do art. 8º da Lei DF nº 4949/2012;
- 3) Na tabela de subitem 4.1, referente à especialista em atuária, para o cadastro de reserva, reservar uma vaga para candidato negro, conforme determina a Lei DF nº 6321/2019, fazendo os consequentes ajustes na tabela de subitem 15.7.1 (quantitativos de candidatos que terão a prova discursiva corrigida, na proporção de 3 vezes o número total de vagas);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- 4) Nos subitens 8.3.1, 12.4, 12.4.1, 12.4.3, 12.12.2, e 18.2, fazer a referências corretas, vez que inexitem a letra “f” no subitem 8.3, o próprio subitem 12.3 e a letra “i” no subitem 18.1;
- 5) Fazer constar, no subitem 11.8.4.1, o quantitativo de cinco membros e seus suplentes na comissão de heteroidentificação, conforme estabelece o art. 16 do Decreto DF nº 42951/2022;
- 6) Fazer constar, no subitem 15.7.1, que o quantitativo de candidatos que terão a prova discursiva corrigida seja calculado com base no total de vagas (provimento imediato + cadastro de reserva);
- 7) No subitem 18.1, em relação aos critérios de desempate, observar o que dispõe o art. 8º do Decreto Distrital nº 42951/2022;

III – autorizar:

- 1) o encaminhamento da presente instrução, do Relatório/Voto do Conselheiro Relator, bem como da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, para o fim de subsidiar o cumprimento das diligências propostas no item retro;
- 2) o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 23 de dezembro de 2022.

Edival Rodrigues da Matta Junior

Diretor Substituto

Mat. 466-9

Assinado Eletronicamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Senhor Presidente,

De conformidade com o pronunciamento retro, encaminho os autos à elevada consideração de Vossa Senhoria, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “c”, da Resolução TCDF nº 140/2001, com a redação dada pela de nº 174/2006.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2022.

José Roberto Alcuri Júnior
Secretário de Fiscalização de Pessoal

Assinado Eletronicamente